



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

# Relatório de Audiência

**Dia:** 28 de Janeiro de 2008

**Hora:** 10H30

**N.º 100/X-4.ª**

**ENTIDADE:** Associação Profissional dos Urbanistas Portugueses (APROURB), Associação dos Urbanistas Portugueses (AUP) e Associação Portuguesa dos Planeadores do Território (APPLA), representadas pelas seguintes entidades:

- Diogo Mateus – Presidente da Direcção da APROURB;
- Ângela Fernandes – Presidente da Direcção da APPLA;
- Mário Moutinho – APROURB;
- Ana Bordalo – APROURB;
- Vasco Massapina – Vice-Presidente da AUP

**ASSUNTO:** Criação da Ordem dos Urbanistas Portugueses

**Recebida pelos Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Miguel Queiroz (PSD), José Alberto Lourenço (PCP) e Mariana Aiveca (BE)**

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) começou por informar que aquela audiência iria ser integralmente registada em suporte áudio.

De seguida informou que, na fase actual, que tem mais carácter administrativo, a 11.ª Comissão solicitaria a posição, ainda que não tenha carácter vinculativo, do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional sobre o estudo apresentado a propósito da criação da Ordem dos Urbanistas Portugueses, após o que qualquer dos Grupos Parlamentares é livre de apresentar uma iniciativa legislativa de criação da Ordem dos Urbanistas Portugueses. De seguida, solicitou aos requerentes da audiência que apresentassem os seus pontos de vista.

O Arquitecto Vasco Massapina assinalou três pontos que, em seu entender, justificam a criação da Ordem dos Urbanistas Portugueses, a saber: em primeiro lugar, o facto de o urbanismo estar a emergir com autonomia suficiente, apesar de, tradicionalmente, em Portugal, a Ordem dos Arquitectos e a Ordem dos Engenheiros terem assumido a prática do urbanismo; em segundo lugar, pela responsabilidade pública pelo exercício da profissão, sendo que Portugal tem cerca de três centenas de municípios com planos directores municipais; em terceiro lugar, porque Portugal tem de



acompanhar o que se passa no contexto da União Europeia e todas as recomendações apontam no sentido da criação de um organismo profissional do urbanismo.

Por sua vez, a Dr.<sup>a</sup> Ângela Fernandes esclareceu que o urbanismo, sendo uma forma de ordenamento do território, acaba por ter consagração constitucional no artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa. Disse que, actualmente, o exercício da profissão de urbanista é completamente livre e desregulado, havendo inúmeros profissionais que não têm qualquer capacitação para tal nem em termos de formação nem profissionais e informou que, apesar de haver queixas relativas ao desordenamento do território, não há como disciplinar essa situação porque essa competência não está atribuída a qualquer órgão.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) interessou-se pelo ponto da situação sobre a actividade do Grupo de Trabalho constituído em 2006 e o porquê da intervenção da Ordem dos Arquitectos.

O Senhor Deputado Miguel Queiroz (PSD) começou por referir que, em sua opinião, o Ministério deveria ter a designação de Ordenamento do Território e do Ambiente porque o conhecimento dos problemas relativos ao ambiente está mais generalizado, não sucedendo o mesmo com os do ordenamento do território, o que tem conduzido a uma terrível balbúrdia, questionando mesmo a existência de políticas de ordenamento do território. Concluiu lançando um desafio a respeito da justificação para a criação da Ordem dos Urbanistas Portugueses e da Ordem dos Arquitectos Paisagistas.

O Senhor Deputado José Alberto Lourenço (PCP) explicou que, por ter tido a experiência de trabalhar numa grande câmara municipal, entende a importância do urbanista como alguém que tem o papel de coordenar uma equipa e de ter uma visão do conjunto para além do edificado. Disse subscrever algumas das preocupações dadas as conhecer, designadamente no que diz respeito a pôr ordem na desordem e que acompanhará com interesse aquela iniciativa de criação da ordem dos urbanistas portugueses.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) assinalou que já no dia anterior tinha recebido em audiência no seu grupo parlamentar os requerentes daquela audiência e que lhes tinha transmitido que, em sua opinião, não há nos dias de hoje um verdadeiro ordenamento do território, embora algumas autarquias comecem a ter visões diferentes quanto aos planos directores municipais. Assinalou que a legislação que tem sido produzida ao nível do Governo é dispersa e não harmoniosa, tendência que é necessário inverter. Considerou que a existência de uma associação profissional nesta área responde a uma parte do problema e que talvez seja mais eficaz, designadamente quanto à fiscalização dos actos e anunciou que o BE tem toda a abertura para discutir uma proposta e levar a bom porto a criação de mais uma associação profissional, apesar de ser crítico quanto às ordens profissionais.



Em resposta aos pedidos de esclarecimentos formulados, a Dr.<sup>a</sup> Ana Bordalo explicou o surgimento do sistema de acreditação e registo dos profissionais coordenadores de planos de ordenamento do território, da iniciativa do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades. Elucidou que as questões de deontologia estão fora do sistema de acreditação e registo. Daí o facto de ser necessária a criação de uma ordem profissional.

Por sua vez, o Arquitecto Mário Moutinho, respondendo directamente ao Deputado Miguel Queiroz, disse que os problemas do urbanismo e do ordenamento do território são recentes e que não se sentiam há 40 anos. Quanto à proposta de criação da Ordem dos Urbanistas Portugueses explicou que teve de ser acautelado que não houvesse sobreposição de responsabilidades com a coexistência de outras ordens. Deu conta de que Portugal, juntamente com a Grécia, mantém o loteamento, que é um acto que já não existe.

A finalizar, a Dr.<sup>a</sup> Ângela Fernandes destrinçou, em termos de conteúdo funcional, a actividade do arquitecto, do engenheiro e do arquitecto paisagista face ao urbanista. Assim, enquanto o arquitecto está ligado à construção do edificado e da sua envolvente; o engenheiro preocupado com a sustentabilidade da construção; o arquitecto paisagista com a construção e valorização da protecção da paisagem e sua envolvência, o urbanista vai muito para além ao estabelecer o correcto ordenamento e distribuição das funções urbanas.

**Palácio de São Bento, em 10 de Fevereiro de 2009.**

**A DEPUTADA,**

**Maria José Gamboa**